



Gabinete Deputada Maria do Rosário

EMENDA Nº - CMMPV 1182/2023

(à MPV 1182/2023)

Art. 1º Inclua-se, na MPV nº 1.182, de 2023, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

“Art. x. A destinação ao Ministério do Esporte de que trata o inciso V, do § 1ºA, do artigo 18 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, deverá ser aplicada, ao menos 33% (trinta e três por cento), ao incentivo a modalidades esportivas praticadas por pessoas com deficiência”

Art. 2º Altera-se a redação dos incisos VI e V, do § 1º-A, do Art. 30, da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que passam a constar nos termos a seguir:

“Art.
30.....

.....
§1º-
A.....

...

IV – 81,5% (oitenta e um e meio por cento), no máximo, à cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de apostas de quota fixa;

V - 3% (três por cento) ao Ministério do Esporte, sendo



aplicada a proporção de 33% (trinta e três por cento a modalidades esportivas praticadas por pessoas com deficiência;

VI – 0,5% (meio por cento) aos Fundos para a Criança e o Adolescente, sendo 30% destinado ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, 20% aos Fundos Estaduais para a Criança e o Adolescente e 50% aos Fundos Municipais para a Criança e o Adolescente.

.....”

Art. 3º Suprime-se, na MPV nº 1.182, de 2023, o parágrafo §1º-D, do artigo 30 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, onde lê-se:

“Art.

30.....

.....

§ 1º-D Após o prazo de que trata o § 1º-C, os recursos deverão ser recolhidos ao Tesouro Nacional, e poderão ser livremente utilizados pela União. (suprimido)

.....
.....”

JUSTIFICATIVA

Após quatro anos de vácuo normativo que permitiu que as empresas de apostas, conhecidas como "bets", operassem no Brasil sem pagar impostos, e que levou a escândalos de manipulação de resultados no futebol brasileiro em 2023, a Medida Provisória nº 1.182, de 2023 visa estabelecer regras claras em relação às mesmas.

De maneira acertada pretende destinar parte das receitas obtidas com os jogos para o Ministério dos Esportes até 2028, prazo que sugerimos que seja suprimido para que a política de investimentos no esporte brasileiro possa seguir contando com esse aporte no médio e longo prazo.

As emendas que propomos buscam contribuir com o incentivo às políticas esportivas voltadas para pessoas com deficiência, e destinar parte desses recursos para políticas de promoção e defesa dos direitos de crianças e

* C D 2 3 5 3 6 7 5 6 2 7 0 0 *



adolescentes.

Consideramos que a destinação de recursos do Ministério dos Esportes para políticas voltadas para pessoas com deficiência é fundamental para promoção da inclusão social, pode proporcionar benefícios físicos e mentais, desenvolver talentos, dar visibilidade a esses atletas, e deixar um legado positivo para as futuras gerações. Trata-se de uma medida que reforça o compromisso do Estado com a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade.

A reserva de recursos para os Fundos para a Criança e o Adolescente, por sua vez, é uma medida que visa contribuir com o desenvolvimento pleno e saudável das crianças e adolescentes, protegendo-as de situações de risco e investindo em seu potencial. Reflete o compromisso do Estado, preconizado no artigo 227 da Constituição, com o princípio da prioridade absoluta de políticas públicas e ações do governo destinadas a crianças e adolescentes e com a construção de uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva. O texto da Medida Provisória avança ao impedir que crianças e adolescentes participem do mercado de apostas, e pode prestar uma contribuição ainda maior caso a presente emenda venha a ser aprovada.

Sala de Comissão, 31 de julho de 2023.

**Deputada MARIA
DO ROSÁRIO**

